

# UM RELATO ETNOGRÁFICO SOBRE IMATERIALIDADES DOS *LUSO-BNEI-ANUSSIM* NO NORDESTE PORTUGUÊS

por

**Marina Pignatelli<sup>1</sup>**

**Resumo:** Chamamos-lhes *Anousim* (pl. de *Anous*, que significa forçado ou coagido em hebraico), também conhecidos como *marranos*, *conversos*, *tornadiços*, *Povo da Nação*, *Cristãos-Novos* ou *Judeus* àqueles que permaneceram em Portugal e Espanha e praticaram o seu Judaísmo em segredo, ou deixaram a Península Ibérica devido à Expulsão (1497) e à Inquisição (1536-1821), muitos tendo continuado a praticar livremente o Judaísmo na diáspora. Sabemos, no entanto, que os judeus ou cristãos-novos que permaneceram em solo lusitano, adotaram e mantiveram várias estratégias discretas ou ocultas para resistir à conversão forçada até ao presente. Também sabemos de muitos portugueses que insistem numa identificação com a matriz judaica e de um esforço paralelo e sem precedentes para recuperar o que resta dos vestígios da memória dessa cultura judaica em Portugal. Assiste-se a uma intensa atividade revivalista em torno do património cultural judaico no país. O que não sabemos é em que medida tais processos identitários e materialidades e imaterialidades mnemónicas judaicas persistem hoje na esfera pública e privada, e como esses traços culturais coexistem com a fabricação nacional de património, nos seus diversos aspetos materiais e discursivos. O estudo foca-se nestes últimos, pela via etnográfica.

**Palavras-chave:** Judeus Marranos; Imaterialidades; Etnografia.

**Abstract:** We call them *Anousim* (pl of *Anous*, which means forced or coerced into Hebrew), also known as *Marranos*, *Conversos*, *Tornadiços*, *People of the Nation*, *New Christians* or *Jews* to those who remained in Portugal and Spain and practiced their Judaism in secret, or those who left the Iberian Peninsula due to the Expulsion (1497) and the Inquisition (1536-1821), many having continued to freely practice Judaism in the diaspora. We know, however, that those Jews or New Christians who remained on Lusitanian soil have adopted and maintained various discrete or hidden strategies to resist forced conversion to the present. We also know of many Portuguese, who insist on an identification with the Jewish matrix and of an unprecedented effort to recover what remains of the vestiges of the memory of this Jewish culture in Portugal. There is an intense revivalist activity around the Jewish cultural heritage in the country. What we do not know is to what extent such Jewish identity processes and mnemonic materialities and immaterialities persist today in the public and private sphere, and how these cultural traits coexist with the national fabrication of heritage in its various material and discursive aspects. The study focuses on the latter, through the ethnographic method.

**Key-words:** Jews Marranos; Imaterialities; Ethnography.

---

<sup>1</sup> CRIA/ISCSP – Universidade de Lisboa. mpignatelli@iscsp.ulisboa.pt

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo foca os processos de identificação e patrimonialização da herança cultural judaica no sentido da turistificação na sociedade portuguesa contemporânea. Baseia-se num projeto autónomo de pesquisa etnográfica multisituada (Marcus 1995), iniciado no final de 2016 com prazo alargado. Visa percorrer, sobretudo, o triângulo do nordeste de Portugal e assenta na observação participante, em entrevistas qualitativas, na história oral e na recolha de dados documentais.

O estudo tentará mostrar como funciona o processo de identificação dos marranos, partindo das suas próprias narrativas, e como este se desenvolveu como um *locus* de disputa local, tornando-se num símbolo internacional de resistência heroica. As habilidades da memória tornam-se essenciais neste processo. E nos processos mnemónicos, o que para os antropólogos importa conhecer é, não apenas aquilo que os indivíduos recordam (ou esquecem) quanto a acontecimentos do passado, mas também como isto é afetado pelo que é cultural ou socialmente aceitável recordar. A análise dos discursos da memória permite-nos conhecer as materialidades e imaterialidades (as narrativas, as práticas, os sítios e os objetos) em que e através dos quais o passado é tornado presente e significativo. Numa perspetiva funcionalista, a memória é útil para diversos fins, nomeadamente para legitimar valores e instituições, para apoiar uma reivindicação de *status* ou posições, ou para reclamar certos interesses ou direitos individuais ou coletivos. Assim, a análise incide particularmente na transmissão e receção da memória dos marranos na atualidade, como algo que está a ser patrimonializado a um ritmo acelerado, atraindo turistas tanto quanto académicos, jornalistas e decisores políticos.

De modo simplista, a identificação pode ser entendida como um processo bilateral, que inclui a forma de afirmação de pertença de indivíduos ou grupos a uma determinada categoria de pessoas e a forma como as outras pessoas as veem como pertencentes a essa ou a outra categoria. Os antropólogos procuram compreender como uma pessoa é reconhecida ou classificada como pertencente a uma determinada categoria étnica, racial ou social. Isso inclui a recolha de narrativas de parentesco (mas não só), que implicam estabelecer critérios seletivos e culturalmente condicionados para contar a história sobre quais são os relacionamentos importantes para serem afirmados ou negados (McIntosh 2015). Devido à história de Portugal, às conversões e às políticas de exogamia forçadas e apesar dos esforços das perícias de qualificados especialistas de áreas como a genealogia ou a genética, é hoje bastante difícil saber em absoluto quem tem ascendência judaica ou não. E como não é o papel do antropólogo dar certezas ou decidir sobre a ascendência judaica de uma pessoa, é mais útil aceitar as narrativas de

autoidentificação dos nossos interlocutores como um facto social (Carrol 2002). Sem as suas narrativas – sobre as suas histórias de vida e buscas pessoais – não é possível ser um marrano, mas um convertido comum. Uma vez que esses indivíduos já se sentiam como judeus, o *status* de um convertido é para eles impensável. Uma história de vida não é apenas uma narrativa que uma pessoa faz à outra. É uma forma de moldar e expressar a nossa autoconceção (a nossa identidade) e a forma como organizamos as informações sobre as nossas vidas, selecionamos detalhes para afirmar, procuramos relacionamentos causais e tirarmos conclusões sobre quem somos, moldando assim a forma como nos vemos a nós mesmos e como desejamos que outros nos percecionem. As histórias de vida também são um fenómeno culturalmente padronizado, ao mesmo tempo que podem variar de pessoa para pessoa. Os indivíduos filtram a informação para destacar certos detalhes, produzindo uma narrativa mais ou menos coerente, baseada em memórias, eventos e momentos/pontos de viragem decisivos que ancoram a certeza de serem judeus. O objetivo do projeto em curso procura fazer uma análise concentrada nas narrativas pessoais, na cultura material e na cultura imaterial relativas aos marranos / judeus, de modo a entender as lógicas de identificação e de patrimonialização que desembocam na turistificação.

Neste texto, contudo, serão apenas focadas as narrativas relacionadas com a identificação e patrimonialização centradas nas manifestações culturais imateriais dos marranos do nordeste português. Tal levantamento pressupõe a análise da recolha etnográfica das crenças e práticas judaicas ou cristãs-novas no presente, designadamente encontradas na língua (expressões idiomáticas, termos aportuguesados, rifões populares), no cancioneiro e na música, na religiosidade (orações, cânticos, calendário litúrgico/celebrações festivas de dias santos ou *yom tov*, em hebraico), nos ritos domésticos quotidianos, nos hábitos alimentares (*cacher*), ou nos rituais de passagem das designadas “crises vitais” do nascimento, puberdade, casamento e morte.

## **1. PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS “JUDEUS PORTUGUESES”**

A identificação é um processo humano que é sempre relacional, temporal-espacial e culturalmente contingente, nada linear, e muitas vezes inconsciente, experiencial e construído socialmente. Como diz Ariel: “Foi através das vozes deles que eu acabei por descobrir a minha! (Entrevista em Bragança, fevereiro 2017). Isto é verdadeiro quando analisamos as ideias e práticas de identificação

judaica, que tornam o mundo judaico e os judeus portugueses numa realidade plural. Mas o que significa ser judeu e quem são os judeus portugueses? Pela lei judaica, judeu é alguém com mãe judia ou que se tenha convertido ao judaísmo. No entanto, existem milhares de pessoas sem cumprirem com esse critério que se identificam e/ou são identificados como judeus, no mundo e em Portugal também. Ou porque sentem afinidade com a cultura judaica, ou com a religião, ou com a tradição ética judaica (seguindo apenas as *Brit Noah* (o "Pacto de Noé", ou seja, as sete Leis de Noé), ou com a matriz étnica (por alguma conexão à ascendência abraâmica), ou com uma ligação a Israel, sem que a ligação uterina / o vínculo biológico ou o reconhecimento ritual normativo sejam tidos como necessários. Assim, confundem-se demasiadas identificações que, na realidade, têm fronteiras pouco nítidas quanto aos referentes a que se reportam, que são usadas indiscriminadamente (não poucas vezes de modo inconsciente) e que devem ser consideradas nunca desligadas do contexto discursivo em que são produzidas, isto é, durante o processo de identificação (Kunin 2009). Velhas e novas categorias identitárias são usadas nas narrativas dos próprios interlocutores ou de outros que os apontem como sendo: judeu, judeu *halakah*; judeu de sangue / judeu de espírito; judeu calçado / judeu descalço; meio-judeu; judeu preto / judeu branco; *Mulato-meio-Cristão-Novo*; “puro”-mulato-judeu; Euro-Africano; hebreu; *noachita* / israelita / / *israelense*; *shomer sabbath* / *shaabos* Jew; sionista; goi; convertido; *converso* / / *tornadiço*; Cristão-Novo; Cripto-Judeu; (*B'nei*)*Anus(im)*; judeu português / judeu da diáspora; marrano (neo-marrano / pós-marrano; semi-marrano / meio marrano ou *marranito*; marrano urbano / marrano rural); judeu biônico; judeu da corda; ou Novo-Judeu. Como ouvi de Hagay (sic<sup>2</sup>), “*Há muita gente por aí, muita gente que eu conheço, que não sendo aquilo que eu sou, são aquilo que eu pareço.*” (Entrevista, março 2017, Bragança).

Segundo Barros Basto (Ha-Lapid, n.º 1, 1927: 8) marrano deriva do hebraico *maranus* e significa “convertido à força”. Para Ferro Tavares (2009:114) o termo marrano é sobretudo usado em Espanha para designar os conversos da Inquisição enquanto em Portugal a documentação parece privilegiar a designação de Cristãos-Novos. Confunde-se com a noção de *anous* que indicava já, desde os tempos em que se redigiu a Mishná e o Talmud, aqueles que eram coagidos a transgredir as leis judaicas e a abnegar a sua religião no caso de ameaça de morte ou de algum dano económico, psíquico ou físico. Barros Basto, o Abade Baçal e Samuel Schwarz trouxeram-nos o conhecimento do marranismo na era moderna e

---

<sup>2</sup> Sei que pareço um ladrão / mas há muitos que eu conheço / que, não parecendo o que são, / são aquilo que eu pareço (António Aleixo, *Este livro que vos deixo*, 1969).

substituíram a carga pejorativa que a historiografia lhe dera (conotando o conteúdo da expressão por uma ligação a *marrão*, ou seja, porco ou *amarrado* à heresia ou que *marra* contra a nova Lei), por uma conotação de heroicidade e resistência clandestina contra a opressão. Révah (1959) fala numa mistificação inquisitorial que inventou o “judaizar marrânico” e uma década depois, António José Saraiva alude à Inquisição precisamente como a “fábrica de fazer judeus”, mesmo que sem qualquer ascendência judaica conhecida. Ainda assim, Solomon (2001) conclui que muitos preferiram morrer a abnegar a Lei de Moisés.



Figura 1.

Com efeito, desde as ibéricas aos judeus, iniciadas de forma sistemática no séc. XV, temos: a) os judeus convertidos em cristãos-novos, tornando-se católicos (que ficaram em Espanha, todos assimilados<sup>3</sup>); b) os judeus convertidos em cristãos-novos, que se tornaram verdadeiros católicos (que ficaram em Portugal assimilados); c) os judeus convertidos em cristãos-novos e que se tornaram cripto-Judeus (que ficaram em Portugal); e d) os judeus assimilados como católicos ou

<sup>3</sup> Escreve Espinosa em 1670 (*apud* Roth 2001 [1974]) que os conversos se tinham integrado tão bem com os cristãos-velhos em Espanha que “nada restava deles, nem mesmo a memória”.

que retornaram ao Judaísmo (na diáspora<sup>4</sup>). Deste modo,

- Nem todos os *b'nei anusim* são marranos, nem todos os marranos são *b'nei anusim*, porque há alguns (neomarranos) que procuram conexão com o mundo judaico sem ter ascendência judaica (*anus*) e há quem a tenha e não busque qualquer conexão (preferindo permanecer cristão ou agnóstico);
- Nem todo o que se percebe como judeu se converte, e nem todo converso é judeu. Alguns góis fazem a conversão ao judaísmo (*giyur*) e alguns que se sentem já "judeus" estão a aprender como se tornar judeus (mediante o *retorno* ou *baal techuvah*);
- A conversão ortodoxa é aceite como válida por todos os outros grupos de judeus (reformista, conservador, etc.), enquanto as conversões reformistas ou conservadoras não são aceites pelos judeus ortodoxos;
- Há os marranos (cripto-judeus) e os que se tornam (semi)-marranos ou *marranitos*;
- Os marranos e cripto-judeus são cristãos sem fé e judeus sem conhecimento;
- Nem todos os judeus são sionistas e nem todos os sionistas são judeus;
- A distinção entre judeu e góí (religioso ou não), é também relevante, porque se pode ser judeu sem ser religioso e uma pessoa pode ser religiosa sem ser judia. Com efeito, a maioria dos judeus não é religiosa (e segue apenas as sete Leis de Noé) e nem todos os aderentes da religião judaica são vistos como judeus;
- Os descendentes de judeus que fugiram com a diáspora desde a expulsão peninsular, podem ser suficientemente judeus para serem portugueses (pelo Decreto-Lei n.º 30-A/2015 de 27 de fevereiro), mas os descendentes de judeus que permaneceram em Portugal são hoje demasiado portugueses para serem judeus.

Existem, contudo, alguns aspetos em comum que unem os processos de identificação em cada caso:

- Os judeus *halakah*, devem ter uma mãe judia ou uma conversão religiosa formal (a *giyur* ou a *techuvah*);
- Os *Anusim* que se querem tornar judeus, devem converter-se ou permanecer cristãos ou agnósticos com ascendência judaica;
- Os *anusim* conhecidos como marranos, sentem que são judeus, mas não são reconhecidos como tal pelos judeus convencionais e devem escolher:

---

<sup>4</sup> Ver a Introdução da obra de Novinski (1972).

converter-se ou permanecer como semi ou neomarranos (sempre duplamente identificados e também duplamente rejeitados. Ficam, deste modo na liminaridade;

- Os marranos ou *Anusim* conhecidos como criptojudes (com práticas e crenças judaicas escondidas), também sentem que são judeus, embora sejam igualmente excluídos pelos judeus convencionais e devem também escolher: converter-se ou permanecer como criptojudes.

De acordo com Leite (2017: 81; 165), os marranos partilham de certos traços identitários que os caracterizam:

- têm um forte sentido de si mesmos, como judeus, mas nenhum legado familiar diretamente transmitido da prática judaica;
- ganham consciência de sua identidade já na idade adulta;
- geralmente, são os únicos com tal consciência entre no seu agregado familiar;
- acreditam que têm sangue (“costela”) ou antepassados judeus;
- são mantidos afastados das sinagogas ortodoxas (*mainstream*), mas também rejeitam ir às Igrejas;
- formam grupos diferentes na religiosidade (com práticas religiosas específicas, híbridas, criativas);
- sentem uma conexão com outros judeus de outros contextos, mas;
- vêm-se entristecidos por não serem reconhecidos, desejando ser considerados judeus pelos judeus *halakah*;
- têm a sensação de que essa identidade judaica não é uma nova aquisição, mas algo latente que já estava lá, adormecido e que fez com que eles reconhecessem como sendo o seu eu essencial;
- comungam da vontade de fazer parte de uma comunidade, de ter uma família / um lar judaico e viver a sua identidade étnica judaica (mas não necessariamente de forma religiosa) – retornar. Começa aí a patrimonialização.

Retomando o velho modelo de Van Gennep (1909), o processo de (re)tornar-se / conversão em marrano pode ser visto como um ritual de passagem que envolve: a) a fase da percepção interna de ter ascendência judaica, de ser judeu, mas sem o reconhecimento externo, como tal; b) a fase liminar, em que se desencadeia uma curiosidade dinâmica no sentido de aprofundar os conhecimentos quanto ao significado de ser judeu e se faz uma busca ativa de conhecimento; e c) a fase pós-liminar de suposição/reconhecimento externo como judeu (por dentro, no íntimo e por/para fora). Como ficou dito, as narrativas de identificação são feitas na

interação com os outros e no caso dos marranos, estas são construídas durante as relações que estabelecem concretamente com outros marranos ou judeus ou góis, com turistas, rabinos, trabalhadores judeus ou educadores visitantes. É certo que cada narrativa depende do contexto, da disposição e do tempo disponível para a interação. Ainda assim, há um “arco de narrativa” (Leite, 2017), que parte do fascínio interno da descoberta; passa pela autoidentificação da pessoa como judia, sem reconhecimento; e termina com o tão desejado reconhecimento externo do seu *pintele yid* (heb. pequeno ponto referente à centelha ou “essência judaica”).

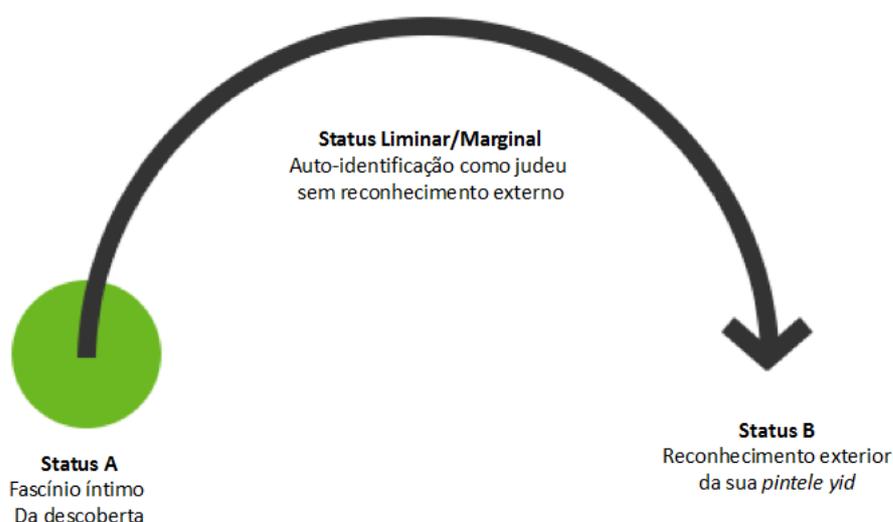


Figura 2.

O conceito místico cabalístico de *Neshamah* (do heb., alma judaica dada por Deus) ajuda a explicar a diferença entre o "retorno" e não a conversão desses indivíduos). Os *hassidim* explicam isto, dizendo que quem quer ser judeu, já é judeu, lembrando que a Torá foi entregue a Moisés no Sinai, no passado, mas também a todos os judeus do presente e do futuro pois, na verdade, todas as almas judaicas (*neshamot*) que existiam, existem ou virão a existir, já se encontravam lá reunidas no Sinai – incluindo todos os judeus que viriam no futuro e aqueles que iriam entrar no judaísmo. Acredita-se, desta forma, que essas pessoas também carregam o *pintele yid*.

Desde que a liberdade religiosa foi estabelecida, em Portugal, em 1910, estes marranos podem hoje escolher ser judeus (no íntimo e para fora) ou não e, neste sentido, podem ser entendidos, nos termos de Bauman (1991), como quintessen-

cialmente sujeitos modernos. O paradoxo é que, esta experiência de autoformação como judeus, é supostamente voluntária, ditada apenas pela escolha pessoal – nos tempos modernos caracterizada como "projetos de vida" e não sendo algo predeterminado (socialmente herdado). No entanto, tal identidade autoatribuída é sentida como estando baseada precisamente na predestinação e nos traços essenciais (herdados). Assim, na sociedade portuguesa contemporânea, as pessoas são livres de escolherem-se como sendo... já determinadas. Por outro lado, é característica deste processo de identificação marrana – quando socializado pela transmissão intergeracional, o segredo pelos medos que adiante se explicam.

## **2. O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO**

A patrimonialização como fabricação do património nos seus vários domínios discursivos ou materiais, é também focada neste estudo, concretamente quanto ao legado cultural judaico. Neste sentido, a análise das características e dos recursos culturais imateriais (e materiais), bem como as (meta)narrativas pessoais produzidas, servem não só para enquadrar as lógicas de identificação como marrano ou judeu em Portugal, como permitem também compreender a patrimonialização feita a partir do seu legado cultural (Macdonald, 2016, Leite, 2017).

No mundo globalizado, pós-democrático, e financeiramente em crise, os estados recorrem agora ao novo recurso que é ilimitado – que nunca se esgotará: o desejo humano de experimentar. Estamos, portanto, na era da economia das experiências. O setor cultural e criativo torna-se assim interessante pois os bens produzidos neste âmbito ganham valor acrescentado (quanto mais consumimos mais queremos) – sobretudo os bens ou manifestações culturais imateriais, que são mais baratos de sustentar para os estados, pois são mantidos e sustentados pelos próprios detentores desse legado. Um bem ou expressão ou prática imaterial cultural nem sempre é reconhecido logo como património. Torna-se tal por uma escolha do que deve ou não deve ser lembrado simbolicamente, como definindo uma comunidade, isto é, patrimonializado. Permanência ou perpetuação é o que distingue o património cultural da memória coletiva e das tradições (Buil 2000, Tamm 2013). Leia-se aqui património como Kirshenblatt-Gimblett (1998) o entendeu, quando explorou o agencialismo expositivo em diversos contextos, de modo a que os elementos expostos (coisas ou pessoas) são produzidos para passar, em sentido performativo, o seu significado para os outros, apenas pelo facto de serem colectados e mostrados, tal como certas técnicas de exibição (e não apenas os

objectos expostos), são trabalhadas encerrando conteúdos comunicativos poderosos que se querem transmitir. Também Macdonald (2009) comparou o modo difícil como diferentes geografias locais – estados, cidades – lidam com o seu legado do passado, sobretudo quando este é atroz, e a forma como esse legado patrimonial é integrado na negociação e formatação das identidades contemporâneas. A autora (2016) viria a rever esta dificuldade, constatando que legados históricos e culturais difíceis podem até ter efeitos positivos nas identidades colectivas.

As formas específicas de lembrança e esquecimento entre as minorias judaicas, ou seja, as noções criptojudaicas, marranas ou judaicas sobre o que deve ser preservado ou perdido, as formas como o conhecimento e os recursos são transmitidas, e os modos de historicidade são específicos de cada grupo, mas são, ao mesmo tempo, num mundo globalizado, usados como meios de reforçar as identidades coletivas, ou mesmo novas formas de judaísmo. O que é facto é que a patrimonialização se tornou recentemente, para os grupos marranos, em especial, um dos meios para obterem visibilidade e reconhecimento no seio das novas paisagens sociais e políticas portuguesas multiculturais. Em 2011, a Rede de Judeus de Portugal (RJP) – Rotas de Sefarad, foi criada por iniciativa de Jorge Patrão, então presidente da Região de Turismo da Serra da Estrela, com o apoio da Embaixada de Israel. Patrão estava ciente da existência de um projeto semelhante já implantado em Espanha – a *Red de Juderías* (fundada em 1995) – e promoveu uma estreita colaboração com os vizinhos espanhóis (que às vezes se esquecem que Portugal também está na Península de Sefarad, uma vez que o termo significa Ibéria).

Foi aberto e tem sido impulsionado desde então um processo intenso de revivalismo ou de (re)invenção e patrimonialização das tradições (Hobsbawm e Ranger 1983) judaicas ligadas ao território português. É notório o trabalho que está a ser feito desde o início pela RJP, especialmente, depois do apoio financeiro internacional ter sido concedido, o que permitiu catapultar o projeto "Rotas de Sefarad – Valoração da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturas". As "Rotas de Sepharad" integram-se num projeto a ser posto em prática pela RJP – atualmente presidida por António Dias Rocha, o presidente da câmara de Belmonte e inserido no programa "PT 08 – Conservação e Revitalização do Património Cultural e Natural" da Direção Regional de Cultura do Centro. Este projeto pretendia levar a cabo intervenções físicas e museológicas em 18 pontos em todo o país, entre 2013 e 2017. Tais ações incluem a criação de museus e centros de interpretação judaicos/sefarditas, o Centro de Diálogo Intercultural, em Leiria, juntamente com conferências e exposições, como a ocorrida no edifício do Arquivo Nacional em Lisboa, Torre do Tombo. "Entre as obras inscritas neste projeto estão a Sinagoga de Vila Cova à Coelheira (Vila Nova de Paiva), o Museu Bandarra (Trancoso),

o Memorial da Vida de Aristides de Sousa Mendes e a Sinagoga de Malhada Sorda (Almeida), a Casa da História Judaica da Raia Sabugalense (Sabugal) e o Museu Judaico (Belmonte)” (Jornal do Centro, 27.11.2017<sup>5</sup>). “A Casa da Memória Sefardita António Ribeiro Sanches<sup>6</sup> (Penamacor), a Casa da Memória Judaica e dos Cristãos-Novos (Castelo Branco), o Centro de Diálogo Interculturais de Leiria (Leiria), a Sinagoga de Tomar e o Centro de Interpretação Garcia D’Orta (Castelo de Vide) são outras das intervenções físicas. Juntam-se-lhes ainda o *Story Center* dedicado à presença judaica na Idade Média (Torres Vedras), o Museu Damião de Góis e das Vítimas da Inquisição (Alenquer), a requalificação museológica do Museu Judaico de Belmonte, a Casa da História Judaica de Elvas e a Casa da Inquisição (Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz).”, acrescenta o “Diário de Notícias”<sup>7</sup>. E “Para além dos trabalhos em curso, está a ser desenvolvido um plano de sinalização a ser implementado em todos os municípios envolvidos, que irá reforçar o turismo cultural no nosso território”, afirmou Celeste Amaro<sup>8</sup>, chefe do Escritório Regional de Cultura do Centro. Em junho de 2014, Lisboa acolheu uma assembleia geral da Associação Europeia para a Preservação do Património Judaico (AEPJ), guardiã da Rota Europeia do Património Judaico (ERJH), integrada na Rota Cultural do Conselho Europeu. O evento foi organizado pela RJP, membro da ERJH desde 2013.

---

<sup>5</sup> <https://www.jornaldocentro.pt/online/regiao/rotas-de-sefarad-encerra-com-execucao-de-95-porcento/>

<sup>6</sup> O cristão-novo António Ribeiro Sanches (1699-1783) era filho de Ana Nunes Ribeiro de Idanha-a-Nova e de António Nunes de Penamacor, estuda direito em Coimbra, depois Medicina em Salamanca, foge da Inquisição, exilando-se na Holanda, depois exercendo na corte imperial russa e acabando os seus dias em Paris. Também o seu sobrinho por via materna, igualmente médico Diogo Nunes Ribeiro (1668-1741) é apanhado pela Inquisição em 1703, mas foge para Londres, em 1726 com a família e migram para os EUA, em 1733. É natural de Idanha-a-Nova, casado com Grácia Caetana da Veiga, cristã nova, e têm seis filhos: Manuel Nunes Ribeiro, Isabel da Veiga Caetana, Teresa Eugénia, Rodrigo Lopes, André de Sequeira e Maria Caetana Veiga (Zippora Nunez). Diogo é filho de Manuel Henriques de Lucena, Procurador da Casa dos Sincos (funcionário da Alfândega) e de Maria Nunes. Neto paterno de Diogo e de Isabel Henriques, de São Vicente da Beira e pelo lado materno, de Luís Lopes e Maria Nunes, residente em Idanha-a-Nova. Das tias paternas, Clara e Maria Henriques, a primeira foi casada com Diogo Henriques, de quem teve dois filhos, Sebastião, residente em Idanha e João, residente na Baía-Brasil. Maria foi casada com Álvaro Vaz, sem geração. Por parte de sua mãe, tem um tio: Manuel Nunes, cirurgião, casado com Mécia Nunes de quem teve uma filha, Maria Nunes, casada com Manuel Rodrigues, residentes em Castela; e duas tias: Ana Nunes e Leonor Lopes, também residentes na Idanha. Ana Nunes (Pr. n.º 663), viúva de Francisco Lopes Henriques, residente em Idanha-a-Nova, teve quatro filhos: António Ribeiro Sanches, Leonor Henriques, João e Diogo, todos residentes com sua mãe e com processos na Inquisição. V. <http://arlindo-correia.com/120412.html>

<sup>7</sup> <https://www.dn.pt/lusa/interior/rotas-de-sefarad-encerra-com-execucao-de-95-e-investimento-superior-a-sete-me-8947479.html>

<sup>8</sup> <https://www.passear.com/2016/07/cinco-milhoes-de-euros-para-revitalizar-o-patrimonio-cultural-judaico/>

Virtualmente, vários *sites* e *blogs* de cultura judaica ou marrana de matriz lusófona foram também criados em todo o mundo, como são exemplos o “Ladina – Pretendemos dar voz ao nosso património”, o da Associação de Cultura Sefar dita, do Porto, o “Por Terras de Sefarad” ou o sítio brasileiro “Cultura Hebraica”.

Os principais agentes interessados e envolvidos no processo de patrimonialização são técnicos das câmaras municipais e do governo central, especialmente os funcionários ligados à cultura e ao turismo, mas também os rabinos estrangeiros, a Embaixada de Israel, agentes da cooperação internacional, operadores de turismo e turistas, jornalistas e pesquisadores (académicos ou espontâneos) e os próprios cripto-judeus ou marranos, que são deixados de fora do processo atual, mas que discreta, mas mais genuinamente, continuam a produzir a sua patrimonialização paralela. Por isso, surgem a cinzento no diagrama abaixo, onde de forma sistemática se encontram os principais atores no processo:

### Agentes da Patrimonialização da Herança Judaica Lusa



Figura 3.

“Já não há cá judeus! Isso era dantes, já morreu tudo!”, ou “Não temos cá disso, pode andar por aí à vontade!”, é recorrente ouvirmos no terreno, quando se pergunta num primeiro contacto por marcas da presença judaica. Contudo, após algum ganho de confiança entre a população local e sobretudo quando não é revelado qualquer preconceito relativamente aos judeus na abordagem às pessoas, muita informação começa a surgir que garante que a “marraneidade” está bem viva

e ainda existem criptojudéus. Apenas querem que sua cultura permaneça mantida em segredo. Não é a teimosia nem a ignorância que preserva este secretismo. O trabalho de campo tem indicado a persistência de três medos, que foram e continuam a ser instrumentais para a sobrevivência do marranismo em Portugal, porque condicionam, mas também protegem:

- o medo da longa história de perseguições inquisitoriais;
- o medo do desrespeitar ou trair as tradições / religião de seus antepassados, e
- o medo do antissemitismo, da intolerância ou da troça dos outros (dada a pressão social sentida, pois mudar de identidade tem custos muito significativos a nível de mudanças do dito “projeto de vida” de cada um, em termos materiais e imateriais).

Persistem igualmente os *bnei-anusim* ou descendentes de marranos, no sentido em que nem todos os que desenvolvem um processo de identificação com o judaísmo, são herdeiros daqueles que preservaram uma identidade dual (cristã na rua e judeu em casa) criptojudéica durante séculos e que a passaram à descendência em segredo. É certo que hoje sobram poucos os que foram socializados nesse secretismo e muitas dessas tradições foram-se perdendo com o tempo. Mas muitos vestígios dessas vivências persistem e são fonte de uma (re)descoberta identitária que leva a que alguns dos descendentes desses criptojudéus se assumam orgulhosamente como judeus, procurem aprofundar tais raízes – desencadeando uma patrimonialização de “baixo para cima”, e se sintam constrangidos pelo facto de não serem reconhecidos como tal.

São exemplos representativos dessa patrimonialização judaica feita “de baixo-para cima” pelos próprios detentores desse património, no distrito de Bragança, o caso de Estrela que guarda uma compilação de orações criptojudéicas e um velho libreto com imagens de Israel e diz com orgulho: “Sou perra do lado do pai e cabrona do lado da minha mãe” (sic), reportando-se à sua ascendência judaica paterna, e à sua linhagem materna oriunda de lavradores cristãos nordestinos. Quando encontra um grupo de conhecidos no caminho, cumprimenta-os com o seu ar trocista e exclama: “Olha lá, oh sua filha de uma porca! Tu também és judeia!”, enquanto o seu interlocutor responde: “Não sou, não!”. Mas Estrela insiste: “Mas ainda tens uma banda de costelas!” (...) “e os filhos da mesma mãe têm o mesmo roncar!” (Entrevista, Bragança, fevereiro 2017). É o caso também das recolhas de tradições e objetos criptojudéicos realizadas por um jovem “etnógrafo espontâneo” de Carção, conhecida como “a capital do marranismo”. As suas iniciativas têm sido apoiadas por pesquisadores focados no judaísmo no distrito de Trás-os-Montes e pela população local, embora ele ainda encontre alguma resistência entre os poucos

criptojudeus, quando se trata de divulgar as suas tradições ao público. Mas, ele tem recolhido orações, lendas, trechos de histórias orais e artefactos relacionados com a herança judaica local. Os resultados das suas buscas têm sido publicados na revista “Almocreve”, por si editada e os objetos colocados no Museu Marrano de Carção também por si impulsionado. Estão desembaraçados alguns fios que testemunham a continuidade de expressões de uma mesma realidade: a persistência de Portugal. No entanto, o dilema também persiste, entre a marcas de judaísmo (mesmo que não considerado como ortodoxo) vivo em sobrevivência cultural do criptojudaísmo ou do marranismo híbrido, pautado por uma ambiguidade criativa, mas discreta e mostrar a sua identidade (nova ou herdada) e essa herança ao mundo exterior, sobretudo hoje, quando o trabalho de patrimonialização vindo “de cima para baixo” está em grande expansão no nosso país.

O trabalho de campo tem evidenciado, porém, que esta patrimonialização vinda de cima apenas se tem focado nos aspetos da cultura judaica que existiram no território português, reunindo muito e significativo material documental do passado judaico, em cada região. Esse material é, sem dúvida, importante de ser patrimonializado e partilhado através de acções de salvaguarda, vivificação e divulgação.

O que é notório para quem anda no terreno, pelo menos no Nordeste nacional, é que esse esforço meritório – feito sobretudo por historiadores, apenas peca não só por se limitar a destacar os horrores das perseguições inquisitoriais e as figuras emblemáticas de cada região a elas sujeitas (exemplo de Ribeiro Sanches, em Penamacor ou de Oróbio de Castro em Bragança), como também por ignorar os contextos atuais e a existência não só de memórias de tradições judaicas entre os descendentes de judeus e marranos, mas sobretudo de inúmeras vivências judaicas que persistem no presente – uma patrimonialização feita pelos próprios detentores desse património, que não tem sido incluída no processo.

### 3. CONCLUSÃO

É partilhada no senso comum a ideia de que “todos os portugueses têm uma costela judaica”, mas é ao mesmo tempo, tomado como certo que a Inquisição arrasou com toda as marcas dessa vivência judaica no país, restando atualmente apenas vestígios da sua memória que por todo o país estão a ser patrimonializados. Foi considerando estes pressupostos bastante generalizados que o presente estudo iniciou, precisamente com o propósito de saber se tais ideias têm fundamento ou se, pelo contrário, persistem manifestações materiais e imateriais da cultura judaica

na atualidade que os contrariam. Não cabendo aqui todo o manancial de dados já recolhidos, é de crer que os poucos exemplos focados nos aspetos intangíveis ilustram esta conclusão. Impõe-se com efeito uma etnografia, aprofundada e alargada no espaço e no tempo, que permita um levantamento contínuo de indícios que confirmem a minha hipótese de que persistem muitas vivências judaicas. O trabalho de campo etnográfico iniciado em Trás-os-Montes, tem trazido dados que atestam que a identificação com o judaísmo ou, pelo menos, com alguma herança judaica, por via da genealogia ou da afinidade simbólica discretamente transmitida de geração em geração, não se limita à famosa vila de Belmonte, mas estende-se pelo Nordeste português. Subsistem com efeito muitos testemunhos de pessoas que se assumem e que são vistas como judias, embora com consciência de que tal identificação deve ser mantida com sigilo e prudência, pelo medo de mais perseguições, desonras ou chacota. O segredo a par da ambiguidade foi instrumental para a sobrevivência e preservação deste tipo de identidade judaica conhecida como marrana – não reconhecida pela ortodoxia, nem pelo discurso oficial. Mas faz parte de um judaísmo que se queira plural, no mundo globalizado do século XXI. As narrativas produzidas estão recheadas de dados intangíveis que logo desde o início da pesquisa nos asseguram que a cultura judaica ou marrana permanece viva em Portugal.

Com o processo intenso de patrimonialização com o propósito da turistificação da herança cultural judaica a decorrer no nosso território, as pesquisas devem continuar a ser feitas neste campo ao mesmo ritmo, rápido, mas tendo em conta todos os atores envolvidos no processo, sobretudo as próprias comunidades judaicas, marranas ou criptojudaicais locais – sejam indivíduos dispersos ou organizados em associações – que devem ser ouvidas e chamadas a ter voz ativa numa patrimonialização que, afinal, é sua. Como detentores – herdeiros ou (auto) identificados – desse património, desenvolvem (discretamente) mecanismos de o preservar e vivificar em paralelo com o processo de patrimonialização da herança judaica “oficial” em curso, muitas vezes sem serem notados ou considerados. Torna-se assim, fundamental ter em conta também os contextos em que decorrem estes processos paralelos, culturalmente fraturantes, bem como as dimensões situacionais e as contingências de espaço-tempo das identidades – as miopias ou sobranceiras do olhar o outro; e especialmente tendo ainda em conta as exigências científicas de fidelidade e validade obrigatórias em qualquer pesquisa que se preze, rigor do qual a qualidade e a credibilidade do património judaico português e os seus turistas dependam e sem dúvida merecem.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco Manuel, (abade de Baçal) (2000), *Memórias arqueológico históricas do distrito de Bragança*, V. Bragança: Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal.
- BASTO, A. C. Barros (1927), “Marrano”, *Ha-Lapid*, n.º 1: 8, Porto.
- BAUMAN, Zygmunt (1991), *Modernity and Ambivalence*. Cambridge: Polity Press.
- BUIL, G. M. (2000), “El patrimonio como concepto antropológico” *Anales de la Fundación Joaquín Costa*, 217-228.
- CARROLL, Michael (2002), “The Debate over a Crypto-Jewish Presence in New Mexico: The Role of Ethnographic Allegory and Orientalism,” *Sociology of Religion* 63 (2002): 1-19.
- DIAMANT, A. (1997), *Choosing a Jewish life*. Nova Iorque: Penguin Random House.
- FISHBERG, M. (1911), *Jews: a study on race and environment*, NY: Bubble and the Europeanisation of Holiday Travel”, *Journal of Tourism and Change*, 1, 71-87.
- GENNEP, Arnold Van (1909), *Les Rites de Passage*. Paris: Librairie Critique Emile Nourry.
- HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org.) (1983), *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIRSHENDORFF-GIMBLETT, Barbara (1998), *Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage*, Berkeley – CA: University of California Press.
- KUNIN, Seth D. (2009), *Juggling Identities: Identity and Authenticity Among the Crypto-Jews*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- LEITE, N. (2017), *Unorthodox Kin: Portuguese Marranos and the Global Search for Belonging*. Berkeley – CA: University of California Press.
- MARCUS, G. E. (1995), “Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography” *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.
- MACDONALD, Sharon (2009), *Difficult Heritage: Negotiating The Nazi Past In Nuremberg And Beyond*, Londres: Taylor & Francis, Ltd.
- MACDONALD, Sharon (2016), “Is ‘Difficult Heritage’ Still ‘Difficult’? Why Public Acknowledgment of Past Perpetration May No Longer Be So Unsettling to Collective Identities”, *Museum International* (ICOM), Vol. 67, Issue 1-4, 6-22.
- MCINTOSH, Janet (2015), "Autochthony and 'Family': The Politics of Kinship in White Kenyan Bids to Belong." *Anthropological Quarterly*, 88. 2, 251-280.
- RÉVAH, Salvador (1959), “Les Marranes”, *Revue des Études Juives* CXVIII, 41ff.

SOLOMON, Herman P. (2001) [1974], “Apresentação” à obra de Roth, Cecil *História dos Marranos*. Porto: Editora Civilização.

TAMM, Marek (2013), “Beyond history and memory: new perspectives in memory studies”, *History Compass* (11/6): 458-473.

TAVARES, M. J. Ferro (2009), “Os Judeus da Beira Interior: a comuna de Trancoso e a entrada da Inquisição”, *Sefarad*, 69/1, 101-129.